

**MEMÓRIA TECIDA,  
IDENTIDADES  
RECLAMADAS: RELAÇÕES  
ENTRE BRASIL E ÁFRICA EM  
*VIVA O POVO BRASILEIRO***

*WOVEN MEMORY, CLAIMED  
IDENTITIES: RELATIONS  
BETWEEN BRAZIL AND  
AFRICA IN VIVA O POVO  
BRASILEIRO*

**Fábio Henrique Novais de Mesquita  
(UFMA)<sup>1</sup>**

**Márcia Manir Miguel Feitosa  
(UFMA)<sup>2</sup>**

**Cláudia Letícia Gonçalves Moraes  
(UFMA)<sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós Graduação de Letras - UFMA. Possui Graduação em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, Brasil. [fabiomesquitalettras@gmail.com](mailto:fabiomesquitalettras@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar o romance *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, pelo viés dos estudos da memória, alicerçados por teóricos que trabalham sob esta perspectiva, como Maurice Halbwachs (2003) e Michael Pollak (1989; 1992), relacionando-os aos trabalhos de Kathryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2003), para quem a identidade é colocada como a relação entre as diferenças reclamadas histórica e socialmente por grupos que, por muito tempo, tiveram suas histórias silenciadas e interpretadas equivocadamente. Para viabilizar o estudo, inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os autores já citados que fundamentam os estudos sobre identidade e memória, entrelaçando sua relação com a produção literária contemporânea, especificamente a de João Ubaldo Ribeiro. No intuito de traçar o percurso que a história oficial omitiu, a categoria memória reelabora o imaginário nacional num momento histórico oportuno de mudanças políticas e sociais: o fim da ditadura militar e a entrada da democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Viva o povo brasileiro*; África; História; Memória; Identidades.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the novel *Viva o Povo Brasileiro* [An Invincible Memory], by João Ubaldo Ribeiro, through the view of memory studies, based on scholars who work on that perspective such as Maurice Halbwachs (2003) and Michael Pollak (1989; 1992), relating them to the works of

---

<sup>2</sup> Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (1984), Mestrado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1992), Doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (1997), Pós-Doutorado em Estudos Comparatistas na Universidade de Lisboa. Professora Associada IV da Universidade Federal do Maranhão do DELER-UFMA. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Letras – UFMA e do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura – PgCult – UFMA. São Luís – MA, Brasil. marciamanir@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Possui Graduação em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Assistente da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo - Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e Códigos. São Bernardo – MA, Brasil. claudiamoraes27@gmail.com

Kathryn Woodward (2000) and Tomaz Tadeu da Silva (2003) for whom identity is posited as the relation between the differences historically and socially claimed by groups that for a long time had their stories silenced and misinterpreted. In order to make the study viable, a bibliographical research will be carried out on the authors above mentioned, who base the studies on identity and memory, interweaving their relationship with contemporary literary production, specifically that of João Ubaldo Ribeiro. In pursuence of tracing the path that official history has omitted, the category of memory re-elaborates the national imaginary at a timely historical moment of political and social change: the end of the military dictatorship and the introduction of democracy.

**KEYWORDS:** Viva o povo brasileiro; Africa; History; Memory; Identities.

## 1. Introdução

*Viva o povo brasileiro* é um romance do escritor João Ubaldo Ribeiro, publicado em 1984, e integra um contexto histórico de reivindicações, dentre as quais se destaca a necessidade de autoafirmação de uma identidade reclamada como verdadeiramente brasileira. O brado convidativo do título nos remete a uma vibração celebrativa que tomava o espírito nacionalista naquele momento histórico em que o Brasil se reconfigurava política e socialmente. Era o momento de retomar a condução da história pelo povo brasileiro, e isto significava o rebento do verdadeiro grito de “Independência ou morte”, ou até mais que isto. Os sujeitos que verdadeiramente derramaram suor e sangue pela construção do país saíram da senzala e entraram para a história como heróis.

O romance de Ribeiro adquire valor incontestável principalmente por recolocar a figura do negro africano sob a perspectiva não mais de uma história unívoca, pois, como afirma

na epígrafe que inicia o romance, “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”. Somos introduzidos nas contradições da história oficial e levados pelo testemunho daqueles que, de fato, conduzem a história, mas que são colocados fora do centro pela pretensa verdade historiográfica. Assim, a falsa universalidade proposta pela ciência histórica, de acordo com Maurice Halbwachs (2003), pretende enterrar acontecimentos que se situam em intervalos que só a memória pode captar, reter e transmitir em grupos pequenos que são repositórios de uma história viva e não um cemitério de datas e fórmulas que reduzem as experiências a fatos enterrados no passado.

Para esta análise, além da perspectiva de Halbwachs sobre memória e história, as reflexões de Michael Pollak (1989;1992) nos ajudarão a compreender como se dá a relação entre memória e identidade e como a violência pode levar ao silenciamento que irrompe no momento em que se percebe que a história leva ao sepultamento de memórias ainda latentes no imaginário da nação.

Dentre as perspectivas dos estudos acerca da identidade, as pesquisas de Kathryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000) se destacam e nos colocam nas marcas da diferença e como a memória trabalha na busca de materiais históricos e simbólicos para afirmação dos lugares sociais definidos e ocupados por sujeitos sócio-históricos.

Entram em cena nesta análise Laura Cavalcante Padilha (1995), Rita Chaves (2005), Tânia Macedo e Vera Maquêa (2007), que ratificam a relação entre as culturas brasileira e africana, mediada pela criação literária e as possibilidades de trocas dialógicas. Outras perspectivas, como a de Antônio Cândido (2009), para as quais a relação literatura e sociedade é percebida mais nitidamente quando a criação literária revela os fatos sociais como parte de sua arquitetura, se fazem, também, relevantes para o objetivo da análise proposta.

## **2. Desconstruindo a história, tecendo a memória, reelaborando identidades: aproximações de Brasil e África**

Maurice Halbwachs nos mostra uma concepção de história que vai além de uma sequência de fatos marcados cronologicamente como nas narrativas que se limitam “a um quadro muito esquemático e incompleto” (2003, p. 79). Enquanto a história se baseia em acontecimentos que já não fazem mais parte da vida do grupo, a memória existe enquanto a tradição ainda persiste, enquanto ela ainda pode ser percebida com vivacidade e apreendida pelos membros de determinada comunidade que de fato passaram por determinado acontecimento, mas não tem o alcance de narrar suas histórias através das chamadas grandes narrativas – narrativas ditas oficiais que escamoteiam as vivências mais gerais e detalhadas daqueles que estão à margem da sociedade.

Percebe-se que a narrativa de *Viva o Povo Brasileiro* (1984) se constrói de modo não linear e que as histórias transitam do século XVII para o XIX, passando rapidamente pelo século XX e mostram acontecimentos que fazem parte do imaginário da nação e alguns do calendário celebrativo nacional como a Independência da República, a Guerra do Paraguai, a revolução Farroupilha. Juntam-se a estes acontecimentos personagens e lugares que, de acordo com Michael Pollak, historiador e sociólogo francês (1992), constituem a memória. Estas experiências podem se dar de forma direta ou indireta. Caso elas sejam transmitidas por outros meios e o indivíduo não tenha tido contato direto com os elementos que se relacionam aos fatos, este conhecimento é adquirido por tabela, é herdado. As memórias, aí forjadas, estão estreitamente ligadas à constituição das identidades, também plurais. Em seus estudos, ele se debruçou sobre pesquisas a respeito de comunidades vítimas de profundos traumas, como os judeus nos campos nazistas, e que implicações a tentativa de silenciamento trouxe para a continuidade dos indivíduos pertencentes a elas.

Observando este fato em realidades de colonização e descolonização, nota-se que as marcas deixadas por um longo processo de dominação, baseadas em questões étnicas, causam profundas rupturas psicológicas e perdas inestimáveis. O silêncio histórico da situação dos negros oriundos das colônias luso-africanas é rompido, de certa forma, pelo romance em análise. Como o reconhecimento de si se dá numa relação entre expectativas geradas e esperadas, a imagem construída sobre si se dá a partir da resposta do outro. A alteridade entra em jogo, pois

*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. (POLLAK, 1992, p. 204 / grifos do autor)*

Para tentar compreender a memória e a identidade como *fenômenos construídos* (POLLAK, 1992), vale ressaltar que as perspectivas teóricas e metodológicas lançadas têm reforçado o quanto se faz necessária uma abordagem interdisciplinar na tentativa de compreender o fenômeno da memória na dinâmica social e suas contribuições para outras possibilidades de reescrita de histórias.

Os estudos de Kathryn Woodward (2000) nos apontam que a identidade é *relacional*, pois é marcada pelo princípio da diferença, ou seja, é no ponto em que eu me diferencio do outro que eu estabeleço a minha identidade. Contudo, enquanto a diferença é, *a priori*, a primeira marca para não se confundir com o outro, existe uma similaridade que não nos distingue uns dos outros: a identidade humana. No entanto, o problema reside em como se encara o outro a partir das diferenças fundadas e por um conjunto de símbolos estabelecidos historicamente como as diferenças biológicas que, durante muito tempo, determinaram as posições sociais de poder:

[...] existe certo uma identidade humana, mas esta identidade é sempre diversificada, segundo os modos de existência ou de representação, as maneiras de pensar, de julgar, de sentir próprias às comunidades culturais de língua, de sexo, às quais pertencem os indivíduos e que são irredutíveis a outras comunidades. (MUNANGA, 2006, p. 23)

Nesta perspectiva, a imagem do Alferes José Francisco Brandão Galvão aparece no início da obra forjada como símbolo de um herói nacional. No entanto, o narrador nos revela a fraude de uma história inventada sobre um jovem pescador, da Ponta da Baleia, na Ilha de Itaparica. A referência feita a ele logo no início, longe de ser dada ao acaso, instiga o leitor a, junto ao narrador, entrar no jogo da ironia, característica que é peculiar a Ribeiro. Percorrendo por quatro séculos, é interessante observarmos como o narrador conta histórias que se iniciam em 1647, como a do caboclo Capiroba que “apreciava comer holandeses”, ainda que “de início, não fazia diferença entre holandeses e quaisquer outros estranhos que aparecessem em circunstâncias propícias”. (RIBEIRO, 1984, p. 37)

De acordo com as várias funções da ironia citadas por Alvarce (2009, p. 55), pode-se perceber que a que se destaca em João Ubaldo Ribeiro é a *agregadora* que, segundo ela, “motiva também interpretações contraditórias: num sentido positivo, cria ‘comunidades amigáveis’ entre ironista e interpretador; no sentido negativo, exclui aqueles que não a compreendem”. Esta forma de narrar é peculiar de Ribeiro como observamos em “O correto uso do papel higiênico”<sup>4</sup>, no qual critica, de forma irônica e satírica, a importância dada a assuntos tão banais, em detrimento do que realmente é relevante para o povo.

Este traço é marcado também no surgimento do personagem de Perílio Ambrósio, que se torna Barão de Pirapuama após encenar um “ato heroico” ao matar o negro Inocência para se lavar com seu sangue, a fim de passar uma imagem de si para as tropas portuguesas como a de um herói que lutou bravamente pela independência da Bahia. Ao cortar a língua do negro Feliciano, que tudo testemunhara,

começa uma longa jornada que nos põe diante da história oficial, descaradamente deturpada por aquele que detinha o poder, o colonizador português. Este fato nos leva a identificar os jogos de interesse que existem por detrás da história nacional, desvelando conflitos ideológicos, evidenciando as atrocidades de que eram capazes pessoas como o barão para conseguir seus objetivos.

Percebe-se, portanto, que a identidade nacional, há muito foi equivocadamente forjada por personalidades que, por oportunismo, ganância e desejo de autopromoção se inscreveram numa história controversa e questionável. De acordo com Figueiredo e Noronha (2005, p.192), sua elaboração

(...) passa, assim, por uma série de mediações que permitem a invenção do que é comumente chamado de “alma nacional”, ou seja, parâmetros simbólicos que funcionam como “provas” da existência desse Estado, e que determinam sua originalidade: uma língua comum, uma história cujas raízes sejam as mais longínquas possíveis, um panteão de heróis que encarnem as virtudes nacionais, um folclore, uma natureza particular, uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares. Os integrantes de cada comunidade são obrigados a neles se reconhecer e a eles aderir.

As atitudes de crueldade desmedida, como a do barão, nos põem diante do que nos fala Macedo e Maquêa (2007, p. 24) sobre as consequências do cerceamento ao uso da língua pela empresa colonial, tendo em vista que ela funciona, “tanto como código de comunicação quanto como lugar de identidade e veiculação de patrimônios simbólicos” (2007, p. 24). Por esta perspectiva, percebe-se a tentativa de apagamento da identidade dos africanos trazidos para cá, mas que mostraram coragem e resistência.

A participação da esposa de Perílio, a baronesa Antônia Vitória, é também marcada por este jogo de ironia. Isto é claramente pontuado quando ela justifica sua crueldade com base em princípios

católicos cristãos. Ironia do destino ou não, o barão viera a falecer a 7 de Setembro, dia da Independência, dia em que ele lutou com tanto afincio para que o seu país fosse livre da colônia portuguesa.

A atitude “heroica” do barão permeará ainda a narrativa, mesmo depois de sua morte e será lembrada algumas vezes com elogios e saudações, o que revela que

Todas as práticas de significação envolvem relações de poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre várias identidades possíveis. (...) Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. (WOODWARD, 2000, p. 18).

Nos diálogos entre Amleto Ferreira, o guarda-livros, e o Cônego Visitador D. Francisco Manoel de Araújo Marques, a função da ironia destacada antes é percebida nitidamente na arrogância do clero, que se pretendia detentor da verdade e de todo conhecimento sobre a existência humana. Por outro lado, Amleto mostra grande habilidade retórica e conhecimento que foram admirados pelo cônego, mas ridicularizados, visto que o guarda-livros era de origem africana, mesmo que renegasse qualquer ligação com a África, levando-o inclusive a esconder a própria mãe de todos, a negra Jesuína. Ao indagar Amleto a respeito de sua origem, pergunta:

– O teu pai é inglês? Mas temos coisa, temos mesmo coisa! Mas é pardo, não és? Não mais vigoram as ordenações que vedavam aos pardos as funções públicas, podes falar sem susto, que, depois de bem servires ao Senhor Barão, poderá arrumar-te ele um bom cargo de meirinho ou, quem sabe, almocreve da freguesia, para que passes a velhice à farta e sem nada fazer, ha-há! E onde está este teu pai inglês, que faz ele? (RIBEIRO, 1984, p. 66).

O negro, por mais que fosse alforro, sequer era considerado ser humano, ainda mais separado de sua família pelo comércio escravocrata que não respeitava a formação familiar dos que vinham da África. Mesmo que forçado a ser batizado e vindo a ser um cristão novo, o negro tornado escravo tinha sua crença baseada em matrizes africanas e, mesmo os que tentaram ser cristãos devotos, eram sempre julgados sujos demais para conseguir a misericórdia divina. Amleto conseguiu uma boa educação, pois sua mãe era professora. Depois, tudo que conquistara tinha sido por meios ilícitos ao se aproveitar da doença do barão, já em fase terminal, ao desviar recursos dos negócios de Perílio.

Em determinados momentos, o narrador nos mostra personagens que se conformam com sua situação de inferioridade, mesmo não admitindo claramente. O enredo, longo e envolvente, mas não cansativo, nos coloca diante de contingências históricas que se tentou apagar ou escamotear por uma falsa linearidade e as descontinuidades da história são escancaradas, não só pelas imprecisões temporais da narrativa, mas também pelo desvelamento da barbárie no processo de colonização.

Ao analisar situações em que a memória entra em disputa e, conseqüentemente, a identidade, observamos, pelas lentes de Pollak (1989), que o comportamento de Amleto se justifica pelo fato de os negros, no Brasil, principalmente no século XIX, período em que se passa grande parte da narrativa, tentar encontrar um *modus vivendi*. Mesmo sendo mulato, e não “totalmente” negro, encontrava não só dificuldade de ascensão social, mas também de aceitação de si e, como já foi salientado antes, fabricou uma imagem de si para os outros (POLLAK, 1992). Mesmo com toda educação erudita que conseguira obter, não era tratado nem como branco, nem como negro, ainda sob a vigilância preconceituosa da sociedade.

Não podemos deixar de destacar Leovegildo, mais conhecido como Nego Leléu, que, assim como Amleto, busca alternativas de sobrevivência nesta sociedade escravocrata, apesar de ser alforro.

Porém, pelo fato de ser negro e não mulato como o guarda-livros, as dificuldades encontradas por ele eram maiores. Talvez Leléu represente o cidadão que usa do “jeitinho brasileiro” para conseguir o que quer, mesmo que não seja tão “letrado” quanto Amleto. Ambos acreditam que se se adequarem aos padrões dos brancos, serão respeitados e conseguirão notoriedade e respeito, pois só aparentando ser um deles é que conseguirão de fato reconhecimento.

O comportamento de negros como Amleto é marcado não apenas neste romance brasileiro, mas também em obras da literatura africana expressa em língua portuguesa, como *Luanda* (1982), do angolano Luandino Vieira. O conto que abre o livro narra a história de *Vavó Xixi e seu neto Zeca Santos*, em que este, para ocupar o mesmo lugar do homem branco e ser reconhecido da mesma forma, tenta forjar uma identidade para si que não a de negro, mesmo que a de branco não esteja dentro das possibilidades. Os “assimilados”, como são chamados, renegam sua identidade, porém não conseguem encontrá-la na referência europeia. O sujeito é assim interpelado por uma ideologia hegemônica, mesmo que estes traços lhes sejam imperceptíveis, como nos mostra Halbwachs (2003), e isso não depende de uma escolha livre, e sim do material simbólico que está disposto para nós (WOODWARD, 2000).

Na busca da compreensão de si, a partir do que é posto como material simbólico em que as identidades são formadas/forjadas, o sujeito

(...) produz a tendência para se identificar com figuras poderosas e significativas fora de si próprio [e] a partir do exterior do eu, continuamos com aquilo que queremos ser, mas aquilo que queremos ser está separado do eu, de forma que o eu está permanentemente dividido no seu próprio interior. (WOODWARD, 2000, p.64)

Amleto imprime, inclusive na sua aparência, os traços do homem branco para ter livre acesso à sociedade e exigia que seus

filhos todos se comportassem da mesma maneira. Leléu se tornou tutor de Dafé, adotou-a como neta. Tentou educar a filha de Naê nos moldes de uma cultura europeia, deixando-a aos cuidados de Jesuína, que a educara da mesma forma que fizera com o filho, Amleto, de quem sentia orgulho mesmo que este escondesse a sua filiação por vergonha de sua origem.

Leléu muitas vezes se sentia em processo de mudança a partir do momento em que se afeioara por Dafé. A primeira vez que a pegou no colo, mesmo quando ensaiou raiva, recebeu de volta o sorriso afetuoso do bebê levando o narrador a refletir: “teria sido assim que Leléu principiara a virar dois?” (RIBEIRO, 1984, p. 260). Para Woodward (2000, p.55), ao sermos interpelados a determinadas posições de sujeito, “estamos sujeitos a forças que estão além do nosso controle”. Semelhante fato acontece quando, após o assassinato de Vevé, Leléu se pega chorando, sem mesmo saber que sabia chorar, pois, como fora trazido muito pequeno, aprendeu a não chorar “porque negrinho cativo, sem pai nem mãe nem protetor, desde cedo aprende a não chorar” (RIBEIRO, 1984, p.341).

Se por um lado as aproximações entre Brasil e África, até meados dos anos 1970, se revelavam apenas do ponto de vista que entendia o negro no Brasil apenas como o que foi trazido, escravizado e “liberto”, deixando suas influências e contribuições de fora dos diálogos estabelecidos entre memória e identidade, mais tarde, estas relações se tornariam mais evidentes, pois emergiriam n(d)os estudos literários e se voltariam para as literaturas produzidas em países africanos lusófonos pelo viés comparativista e interdisciplinar. (PADILHA, 2010)

*Viva o povo brasileiro*, além de recolocar a atuação do negro na história do Brasil, remonta a um passado próximo e remoto num movimento contrário àquele que sempre buscou referenciais europeus como modelos e parâmetros de identidade, se afastando de nossa realidade. (PADILHA, 2010). O não reconhecimento da

contribuição da África lusófona como parte fundamental da nossa constituição nacional, em parte, se deve, também, à falta de relevância dada a este sistema literário nos currículos dos cursos de Letras das universidades brasileiras.

No entanto, algumas pesquisas se voltaram para novas nações que saíam da situação de colônia para reconstruir suas identidades e buscavam, também, em um passado próximo e remoto, elementos que pudessem contribuir nesse processo. A literatura participa de forma efetiva, na medida em que “o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos (...) e é no passado imediato e remoto que percebemos as linhas do presente” (CÂNDIDO, 1989, p. 141).

De acordo com Said (2011), os escritores não são interpelados ideologicamente, historicamente e nem economicamente de forma passiva, mas se encontram inseridos de forma visceral à sociedade da qual fazem parte, junto com sua história. É esta experiência que perpassa por autores como João Ubaldo Ribeiro, que mostra profundo conhecimento da cultura africana e da história da diáspora negra no Brasil, com todas as suas implicações de tentativa de apagamento da memória por meio de uma história oficial. Neste momento, a história cunhada como oficial entra em conflito com as memórias que irrompem no percurso narrativo traçado pelo autor.

O momento de publicação do romance de Ribeiro coincide com os conflitos vividos após o momento de descolonização territorial de países como Moçambique e Angola. As aproximações entre Brasil e África, mediadas pela literatura, se dão desde a influência do movimento modernista que tentou descolonizar a criação literária, mostrando que

(...) a preocupação com a construção de um projeto nacional não excluiria o compromisso com a arte (...) Nesse processo, um dos passos seria dado com a tentativa de nacionalizar essa literatura, trazendo para o centro da criação todo um conjunto de temas e procedimentos teóricos

que pudesse concretizar o afastamento do repertório do colonizador. (CHAVES, 2005, p. 71)

Ainda segundo Chaves, neste contexto, autores que se destacam neste processo de nacionalização da literatura, criando uma identidade própria nossa, como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Manuel Bandeira se tornam paradigmas para que os autores africanos reivindicassem sua própria identidade. Os modelos europeus, os heróis forjados pelo colonizador, os fatos contados apenas pelo viés do dominador seriam rejeitados para que emergisse o que era genuinamente nacional. A literatura brasileira exerceria, assim, grande influência na produção africana.

O romance *Lueji, o nascimento de um império* (2015), do angolano Pepetela, assim como outros – a saber, *A rainha Ginga* (2015) do também angolano José Eduardo Agualusa – exemplifica esta volta ao passado remoto e próximo pelos caminhos da memória para reivindicar uma identidade, ao colocar em cena mitos de fundação anteriores ao passado colonial. No romance *Lueji*, por exemplo, questionamentos a respeito da validade da cultura europeia para o angolano são levantados logo no início:

Faltavam poucos meses para a mudança do século. Os velhos mitos renasciam com a aproximação do ano 2000. Medos. Esperanças. Arritmias. Fim do mundo, julgamento final? Bem, procurávamos nos afastar desses temores, pensando isso são mitos da Europa, lendas criadas a partir dos semitas e do novo testamento, que temos nós, bantos, a ver com isso, os nossos mitos são outros, de nascimento e formação, não de mortes e catástrofes escritas em livros antigos. Mas o mundo deixara de ser o somatório de mundos fechados, era um só, cada vez mais mestiço.” (PEPETELA, 2015, p. 28)

O passado histórico é muitas vezes evocado para se afirmar a identidade questionada. Contudo, essa representação do passado histórico é posta noutra contexto e, neste momento, as

identidades são reelaboradas e as posições de sujeito reconfiguradas. Para Woodward (2000), a identidade nacional e o conteúdo simbólico reclamado e expresso por ela são formas de reconfigurá-la e atualizá-la.

Alguns desses elementos simbólicos são trazidos em *Viva o povo brasileiro* em diversos momentos da narrativa. O respeito pelos mais velhos e o culto ao ancestral são fortemente marcados em personagens como Dadinha e o Holandês Zernik, que mais tarde é lembrado como Siniqui. A figura de Dadinha se constitui então como uma *griote*, ao desempenhar, na tradição oral, o vínculo entre o passado e o presente, assegurando a perenidade da cultura e do conhecimento africano e cuja longevidade simboliza a resistência contra toda violência e opressão a que eram submetidos os negros. Antes de morrer, “comprida como quem engoliu um coqueiro, empertigada e franzindo a cara com uma força tão completa” (RIBEIRO, 1984, p. 71), assume a postura de uma contadora de histórias.

– Eu vou ter de contar isso que já contei a um, já contei a outro, um pedaço aqui, outro acolá – disse ela, respirando fundo e abrindo os olhos. – Por isso mesmo, para não ser tudo musturado e ninguém se lembrar coisa com coisa logo depois que eu morrer que eu vou contar o importante, respondo pergunta, digo preceito. (RIBEIRO, 1984, p.72)

O fragmento acima nos revela a importância da contação de histórias, atividade do *griot*, na preservação da memória em que se faz um “exercício de sabedoria” e um “ato gozoso”, pois “é ritualística e dramática” (PADILHA, 1995, p. 24) como

(...) um teatro de uma só voz [onde] a figura do narrador é elemento fundamental. Na sua profunda ligação telúrica com o que conta, ele, como o narrador-lavrador de que fala Walter Benjamin, profundamente ligado à sua *tellus*, procura fazer de seu ato discursivo uma prática utilitária (PADILHA, 1995, p. 31).

Neste sentido, o romance de Ribeiro se aproxima das produções africanas ao valorizar a oralidade como uma marca de resistência da cultura africana, visto que

Do século XX à contemporaneidade muito se produziu e continua a ser produzido, desde a clara e indisfarçada dependência estética do discurso da colônia até a escrita revitalizada, hibridizada, construída por meio de estórias populares, os misossos, expressas por contadores orais, os griots da tradição. (FEITOSA, 2016, p.65)

A personagem Dadinha ganha destaque especial, pois é por meio de sua descendência, que existira a partir de Capiroba, que nasce Dafé. Ao ver o grande entusiasmo de Turíbio pelo nascimento da filha, coisa que ele nunca sentira antes pelo nascimento de qualquer outro, a negra “talvez sentisse uma pequena felicidade, porque o pai via na menina um futuro e ela também via, embora diferentes e embora pudesse haver dois futuros e portanto um deles estava errado”. (RIBEIRO, 1984, p. 99)

Dafé se tornou figura muito importante na luta pela libertação dos escravos e pela realização da justiça. Criada por Leléu, nutriu profundo sentimento pelo negro a quem chamava de “vô Leléu” e de quem recebeu, além da educação, sob os cuidados da negra Jesuína, todos os mimos que um pai-avô poderia dar a uma filhineta. Todavia, se distanciou dos sonhos que tinha e planos que fazia para ela, pois a queria ver bem casada e longe da vida que a maioria dos negros levava.

Ela, portanto, ao voltar dos estudos da casa de Jesuína, trouxe ideais que foram sendo moldados aos poucos, conforme suas experiências iam sendo vividas em Baiacu, após seu retorno. Já mostrava aí grande vontade de modificar a realidade por meio de uma atividade que não fosse a determinada para as mulheres de sua época: ser boa esposa, ser prendada e procriar. Recusou de imediato e aceitou, a princípio, a ocupação como professora, já que aprendera tanto na escola.

Passou a admirar profundamente a atividade desempenhada por sua mãe Naê/Vevé, grande e corajosa pescadora, admirada por sua bravura. Mas logo foi tolhida deste pensamento por Leléu. Ao ver sua mãe ser assassinada por homens brancos para defendê-la de um estupro, mudou profundamente sua atitude para com o mundo. Após o trauma, saiu em busca de suas origens, suas histórias e, neste percurso, encontrou a história de Dadinha, sua antepassada. Recorre a fontes orais e, em detrimento de tudo o que aprendera a respeito dos fatos, começa a reformular sua identidade baseada nas memórias que escuta de pessoas que direta ou indiretamente experienciaram fatos que dizem respeito à sua história, ao seu passado remoto e recente.

Desperta, então, em Dafé o desejo de autoafirmação de sua identidade: “– Eu nunca vou deixar de ser preta, voinho” (RIBEIRO, 1984, p. 376). Os negros e seus descendentes eram a força motriz que impulsionava o desenvolvimento do país, mas não tinham nenhum reconhecimento, continuavam a ser mais e mais explorados e maltratados.

Ao aparecer no velório de Leléu, disfarçada de soldado da coroa, marca-se aí o início do percurso de Dafé, por meio do discurso que assunta pela ousadia e comove pela vivacidade e esperança, expressas em sua fala após todos pensarem que ela era o capitão do Exército:

– Povo do arraial de Baiacu e de toda terra de Vera Cruz! – disse o capitão, a voz agora clara e cristalina, um martelo de araponga retinindo por cima do rechinar da chuva e dos gritos de espanto abafados. – Estamos aqui para prestar a última homenagem a um que haverá de servir de exemplo a todos os que não curvam a cabeça à tirania, todos os que sonham com a liberdade, todos os que aprendem, na luta de cada dia, a respeitar seu próprio valor, todos os que dizem: abaixo o senhor e viva o povo! Viva o povo e viva a liberdade! (RIBEIRO, 1984, p. 384)

Outro elemento importante é o respeito e o culto pelo ancestral e pelas divindades africanas cujas práticas foram proibidas, pois eram considerados rituais “satânicos” e cujas práticas estavam sujeitas a

castigos, visto que o cristianismo só reconhece a sua doutrina como o único caminho para a salvação e do qual eles não eram merecedores por mais que se esforçassem. De acordo com Laura Cavalcante Padilha (1995, p.10), a ancestralidade é um ponto de vista africano sobre a realidade e percebe-se que ela perpassa todo o romance de Ribeiro, pois, de acordo com ela, esta é a “*força vital (...)* que faz com que os vivos, os mortos, o natural e o sobrenatural, os elementos cósmicos e os sociais interajam, formando os elos de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa” (p. 10). É importante lembrar o diálogo estabelecido entre as divindades africanas que tentavam ajudar seus “filhos” durante uma batalha praticamente perdida.

O sincretismo foi um *modus vivendi* pelo qual o negro conseguiu manter parte de sua cultura e religiosidade. Neste caso,

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. (MUNANGA, 2006, p. 26)

Assim, a identidade é analisada também na perspectiva dos sujeitos que a formam e passam a constituir indivíduos que se identificam entre si por aspectos comuns, em grupos que se organizam intermediados pela atividade da língua(gem). No entanto, nunca foi e está longe de ocorrer em um contexto pacífico em vista da superfície contraditória na qual os direitos iguais só funcionam entre os comuns, enquanto os diferentes estão submetidos a condições históricas de exploração.

#### 4. CONCLUSÃO

Trazemos a fala do cego Faustino para abrir as considerações finais:

(...) a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Trancoso. Houve, no tempo do antigo Egito, terra do rei São Salomão, cerca da terra da rainha de Sabá, por cima do reino judeu, uma grande biblioteca, que nela tudo continha sobre o conhecimento, chamada de Alsandria. Pois muito bem, um belo dia essa grande biblioteca pega fogo, subindo na fumaça todo aquele conhecimento e até mesmo os nomes dos que tinham o mais desse conhecimento e escrito os livros que lá havia. Desde esse dia que se sabe que toda a História é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada peto de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa. Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que interessa (RIBEIRO, 1984, p. 515).

A luta para garantir o pleno exercício da identidade, pela conquista de espaço e reconhecimento como parte formadora da história dos vencedores é travada constantemente contra a ancoragem dos “vencidos” no esquecimento, no silêncio. Contudo, Dafé se tornara uma grande guerreira na luta contra qualquer forma de injustiça, após o grande trauma de ver sua mãe morrer ao tentar defendê-la da violência a que as mulheres negras eram sempre expostas por capricho dos homens brancos.

Em sua narrativa, João Ubaldo nos mostra profundo conhecimento da história e cultura africanas e, por meio de sua obra, percebemos que as relações entre Brasil e África são bem mais profundas do que o processo de comércio de escravos. Sua habilidade como escritor e os diálogos que ele constrói, coloca na voz do narrador e das personagens dores e anseios que a história oficial não fez questão de registrar. O brado, o grito de independência e de indignação contra um sistema corrupto são, a todo momento, expressos em diálogos profundos e bem construídos. Dafé representa parte das minorias caladas por ser mulher, negra e de

origem simples, mesmo que educada conforme os padrões exigidos pela sociedade, pois o determinismo étnico, cultural e social são motivos de exclusão, ainda que o discurso seja o da inclusão.

A continuidade dada às histórias começadas pelo Caboclo Capiroba não é um elemento dado ao acaso. A união das histórias da negra Vu, sua filha e do holandês Zernike; a negra Dadinha, mãe de Turíbio Cafubá, pai de Naê/Vevé e avô de Dafé nos coloca diante de um povo que, mesmo arrancado de sua terra de origem, barbaramente maltratado e explorado, adota o Brasil como sua terra e luta todos os dias por sobrevivência e pelo direito de fazer parte da história.

As falas e atitudes destes personagens no romance de Ribeiro deixam expressos os sentimentos abafados pelo embuste histórico que enseja a celebração das diferenças, sem que haja o reconhecimento adequado não só da participação do negro na formação do povo brasileiro, como também da verdadeira situação a que foram expostos os ex-escravos, sem quaisquer condições de usufruírem de sua liberdade de maneira digna. Longe de buscar qualquer essencialismo histórico, que levanta novas barreiras e segrega, reconhecer as diferenças e como elas são produzidas é reconhecer uma orquestra em que os múltiplos instrumentos e acordes produzidos por eles são harmonizados pelos movimentos da batuta do maestro. A batuta é a criação literária, atenta às relações humanas em seus mais variados aspectos - sociais, históricos, culturais, psicológicos - e o nosso maestro, o seu criador, o escritor romancista que “dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva” que em sua “escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas, com todo o reino do possível e do imaginável”. (BOSI, 1996, p. 15)

## REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Jinga**. Rio de Janeiro: Foz, 2015.

ALAVARCE, Camila da Silva. **A ironia e suas refrações**: um estudo sobre

- a dissonância na paródia e no riso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: **Itinerários**. Araraquara, n. 10. P. 11-27, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.
- \_\_\_\_\_. Literatura de dois gumes. In: **Literatura Brasileira LBN3** - Unicamp – 2009
- CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.
- CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. **Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- FEITOSA, Márcia Manir Miguel. Memória, tradição e escrita em Agualusa: a Angola contemporânea em O vendedor de passados. In: **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 63-79, jul./dez. 2016.
- FIGUEIREDO, Eurídice & NORONHA, Jovitã M. C. **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: UFJF/ EdUFF, 2005
- HALBWALCHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- MACEDO, Tânia; MAQUÊA, Vera. **Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Moçambique**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007)
- MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: Ignácio G. Delgado (coord.); Enilce Albergaria; Glivan Ribeiro; Renato Bruno (Orgs.). **Vozes (Além) da África**. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. Niterói, RJ: EDUFF, 1995.
- \_\_\_\_\_. Ensino e a Crítica das Literaturas Africanas no Brasil: um caso de neocolonialidade e enfrentamento. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2010, p. 2-15
- PEPETELA. **Lueji**, o nascimento de um império. São Paulo: Leya, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**,

Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tadeu da. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEIRA, José Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Ática, 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tadeu da. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

## Nota

<sup>4</sup> <http://contobrasileiro.com.br/o-correto-uso-do-papel-higienico-ultimo-artigo-de-joao-ubaldo-ribeiro-para-o-globo/>